

Cardeal
Tempesta

São Lucas e
o Dia dos
médicos

PÁGINA 7

PERDAS DE SAFRA

BNDES dará
R\$ 12 bilhões
a produtores
rurais

Com orçamento de R\$ 12 bilhões, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) abriu, naquinta-feira passada, protocolo para receber pedidos de crédito no âmbito do Programa BNDES para Liquidação de Dívidas Rurais. A finalidade é auxiliar a retomada da capacidade econômica e apoiar a recuperação dos produtores agropecuários que registraram perdas significativas de safra. As operações poderão ser feitas por meio da rede de instituições financeiras parceiras credenciadas no BNDES. O financiamento terá prazo de até nove anos, incluindo um de carência. O programa vai apoiar produtores rurais, associações, condomínios rurais e cooperativas agrícolas localizados em municípios que, entre 2020 e 2024, tiveram declaração de estado de calamidade pública ou de situação de emergência reconhecidas pelo governo federal, em decorrência de eventos climáticos adversos. “O BNDES é o principal agente do governo federal para a execução de políticas públicas de crédito de longo prazo no país. Assim como ocorreu no Rio Grande do Sul, com empresas afetadas pelos extremos climáticos”, disse Maria Fernanda Coelho, diretora do Fundo Rio Doce. **PÁGINA 3**

Procon-SP

Aéreas terão que
explicar cobrança
de bagagens de mão

As empresas aéreas deverão explicar a implementação de uma nova categoria de tarifa, chamada de “básica”, para o transporte de bagagens. Recentemente, a Gol Linhas Aéreas e a Latam Airlines comunicaram a adoção de novas tarifas com restrições a uma segunda bagagem de mão, a partir deste mês. A Fundação Procon de SP enviou notificações para as empresas Azul, Gol e Latam, com prazo até esta segunda para recebimento das explicações. **PÁGINA 7**

PARCERIAS

Brasil e Índia: acordos têm
tecnologia, defesa e aviação

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, participou da inauguração do escritório da Embraer em Nova Délhi, na Índia. Na oportunidade, foram assinados acordos nas áreas de tecnologia, de defesa e da indústria aeronáutica. Acompanhado de outras auto-

ridades brasileiras, Alckmin fez, nesta sexta-feira, um balanço da viagem à Índia. “Tivemos uma grande reunião entre empresários indianos e empresários brasileiros. Percebemos um aumento dos investimentos de empresas indianas no Brasil e de empresas brasileiras na Índia”, disse o ministro vice-presidente. **PÁGINA 2**

DESCRIMINALIZAÇÃO



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

Barroso vota a favor de aborto
até 12ª semana de gestação

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso (**foto**) votou nesta sexta-feira a favor da descriminalização do aborto até a 12ª semana de gravidez. Com o voto do ministro, o placar do julgamento está 2 votos a 0 pela descriminalização. O voto de Barroso sobre a questão é o último posicionamento do ministro no Supremo. A partir deste sábado, Barroso deixará a Corte

após anunciar aposentadoria antecipada do cargo. O voto foi proferido no julgamento de uma ação protocolada pelo PSOL, em 2017. O partido defende que a interrupção da gravidez até a 12ª semana deixe de ser crime. A legenda alega que a criminalização afeta a dignidade da pessoa humana, principalmente de mulheres negras e pobres. **PÁGINA 7**

AMEAÇA TRUMPISTA



RICARDO STUCKERT/PR

Lula defende
Venezuela: povo de
lá é ‘dono do nariz’

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) voltou a falar em defesa da Venezuela no momento que os Estados Unidos autorizam ações no país vizinho. Lula defendeu a Venezuela, comandada pelo presidente Nicolás Maduro, ao afirmar que a população do país é dona do próprio destino e que nenhum presidente estrangeiro deve dar palpite sobre o destino do país. A declaração foi feita no 16º Congresso do PCdoB, em Brasília. **PÁGINA 8**

INDICADORES

IBOVESPA 0,84% / 143.398,63 / 1.198,61 / Volume: 49.145.709.307 / Negócios: 3.867.262											
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Bolsas no mundo		
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Fechamento	%	
GOLL54	5,51	-6,61	-0,39	MWET3	16,00	+23,08	+3,00	RVEE3	5,000	-19,35	-1,200
AMBP3	0,38	-15,56	-0,07	CTSA3	2,63	+14,35	+0,33	AMBP3	0,38	-15,56	-0,07
BBAS3	20,90	+2,60	+0,53	ALPK3	3,760	+11,90	+0,400	CGAS3	123,00	-9,56	-13,00
RAIZ4	0,930	+9,41	+0,080	EKTR3	46,00	+11,60	+4,78	WLMM3	20,25	-6,90	-1,50
B3SA3	12,56	-0,32	-0,04	RAIZ4	0,930	+9,41	+0,080	GOLL54	5,51	-6,61	-0,39
									Dow Jones	46.190,61	+0,52
									S&P 500	6.664,01	+0,53
									NASDAQ Composite	22.670,079	+0,00
									Nasdaq 100	24.745,358	+0,00
									Euronext 100	1.690,08	-0,57
									CAC 40	8.174,2	-0,18
									Salário mínimo	R\$ 1.412,00	
									Ufir-RJ	R\$ 4,5373	
									Taxa Selic	15%	
									(17/09)		
									TR	0,1740%	
									(18/10)		
									Poupança	0,6749%	
									(18/10)		
									IGP-M	0,42% (set.)	
									IPCA-15	0,48% (set.)	
									CDI	14,90%	
									(17/09)		
									OURO		
									BM&F/grama/RJ	R\$ 783,51	
									EURO Comercial	Compra: 6,3067	Venda: 6,3073
									EURO turismo	Compra: 6,3933	Venda: 6,5733
									DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,4390	+0,07%
									DÓLAR comercial	Compra: 5,4044	Venda: 5,4050
									DÓLAR turismo	Compra: 5,4372	Venda: 5,6172

MERCADOS



Bovespa sobe 0,84% na sessão e para e série negativa de 3 semanas

Luís Eduardo Leal e Amélia Alves/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) interrompeu uma sequência de três perdas semanais, iniciada ainda em 22 de setembro, e mostrou, nesta sexta-feira, recuperação de 1,93% em relação ao nível de encerramento da sexta-feira passada, de volta agora à casa de 143 mil pontos pela primeira vez desde o dia 6 - reabrindo-se, assim, um pouco da máxima histórica de fechamento de 146 mil pontos e, no intradia, de 147 mil, observadas perto do fim de setembro. Nesta sexta-feira, o Índice Bovespa(Ibovespa) oscilou de 141.247,97 a 143.424,48 pontos, na máxima da sessão, saindo de abertura a 142.199,91 pontos. Em dia de vencimento de opções sobre ações, o giro foi a R\$ 26,6 bilhões nesta sexta-feira. No mês, o Ibovespa ainda recua 1,94%. No ano, sobe 19,22%.

No fechamento, o índice da B3 mostrava alta de 0,84%, aos 143 398,63 pontos. Na ponta ganhadora na sessão, Raízen (+9,41%), Prio (+5,61%) e WEG (+4,48%). No lado oposto, Klabin (-2,04%), Totvs (-1,71%) e Natura (-1,21%).

Entre as commodities, o petróleo teve leve recuperação nesta sexta-feira em Londres e Nova York, vindo dos menores níveis de preço desde maio, mas Petrobras mostrou avanço um pouco mais robusto na sessão, em alta de 0,95% na PN e de 0,48% na ON no fechamento na Bolsa. Os contratos

futuros de petróleo encerraram perto da estabilidade nesta sexta-feira, à medida que investidores mantêm expectativas para o encontro entre os presidentes Donald Trump, dos EUA, e Vladimir Putin, da Rússia, nas próximas semanas para negociar o fim da guerra na Ucrânia.

Em dia moderadamente negativo para os preços do minério de ferro na Ásia, Vale ON, a principal ação do Ibovespa, caiu 0,28%. As ações de grandes bancos avançaram em bloco na sessão, com destaque para Bradesco (ON +1,01%, PN +0,68%).

No menor nível de preço desde a abertura de capital, em agosto de 2021, os papéis da Raízen inverteram o sinal negativo da primeira etapa do pregão desta sexta-feira, e fecharam o dia cotados a R\$ 0,93, apesar do salto que chegou à casa de dois dígitos em parte da sessão. Assim, a recuperação não foi forte o suficiente para levar a cotação do papel acima de R\$ 1, nível que não alcança há dez pregões, relata a jornalista Amélia Alves, do *Broadcast*, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

Se esse patamar de preço persistir por 30 pregões consecutivos, cresce o risco de o papel se tornar uma penny stock, ou seja, uma ação negociada a preço de centavos - condição que pode, inclusive, levar a Raízen a ser alvo de restrições da B3 e ser excluída de índices como o Ibovespa.

PARCERIAS

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, participou da inauguração do escritório da Embraer em Nova Délhi, na Índia. Na oportunidade, foram assinados acordos nas áreas de tecnologia, de defesa e da indústria aeronáutica.

Acompanhado de outras autoridades brasileiras, Alckmin fez, nesta sexta-feira um balanço da viagem à Índia.

“Tivemos uma grande reunião entre empresários indianos e empresários brasileiros. Percebemos um aumento dos investimentos de empresas indianas no Brasil e de empresas brasileiras na Índia”, disse o ministro vice-presidente.

EMBRAER

Alckmin lembrou que já há muitos aviões da Embraer voando pela Índia. Segundo ele, os modelos da empresa brasileira atendem bem à demanda indiana por voos regionais com me-

PESQUISA

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

As pessoas que trabalhavam por meio de aplicativo em 2024 tiveram rendimento médio mensal de R\$ 2.996. O valor é 4,2% superior à renda de trabalhadores que não atuavam por meio de plataformas (R\$ 2.875).

Essa diferença, no entanto, já foi maior. Em 2022, o rendimento dos trabalhadores por plataformas superava o dos demais ocupados em 9,4%.

A constatação faz parte de um módulo sobre trabalhadores por aplicativos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgado nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Se por um lado o rendimento desses trabalhadores estava acima da média, por outro, os dados mostram que eles trabalhavam mais horas.

O levantamento aponta que os trabalhadores com ocupação por meio dos populares apps - chamados pelo IBGE de plataforma - apresentaram jornada de 44,8 horas semanais; enquanto os não plataforma - 39,3 horas, em 2024.

Dessa forma, o IBGE constatou que a despeito de terem renda maior, esses trabalhadores recebiam R\$ 15,4 por hora. O valor é 8,3% inferior aos não plataforma (R\$ 16,8/hora).

Ou seja, quem atua por meio de aplicativos precisa trabalhar mais para superar os não plataforma.

APLICATIVOS

O levantamento do IBGE, que está na segunda edição (a anterior foi em 2022), coletou informações de pessoas de 14 anos de idade ou mais ocupadas que lidam com:

- aplicativos de táxi;

nos custo e mais eficiência.

Há também interesse da Força Aérea Indiana em adquirir o avião cargueiro C-390, o que, segundo Alckmin representaria “um salto estratégico na relação bilateral, promovendo transferência de tecnologia, geração de empregos e ganhos de soberania para ambos os lados”.

Na avaliação do ministro da Defesa, José Múcio, a abertura do escritório da Embraer na Índia representa “um passo concreto na construção de pontes industriais e tecnológicas” além do compromisso da empresa em investir na Índia.

COMÉRCIO

Durante a missão, Brasil e Índia também definiram um cronograma para ampliar o Acordo de Comércio Preferencial Mercosul-Índia, hoje considerado restrito. O governo brasileiro quer elevar o comércio bilateral para US\$ 15 bilhões em 2025 e US\$ 20 bilhões até 2026.

O tratado atual cobre apenas 450 categorias de produtos e prevê reduções tarifárias modestas, entre 10% e 20%. A pro-

posta em discussão busca ampliar o número de produtos beneficiados e aprofundar as preferências comerciais.

“Quero destacar também que ontem [quinta-feira, dia 16] completamos um entendimento para ampliar as linhas tarifárias de preferência entre Mercosul Índia. Teremos, nos próximos meses, um trabalho para fortalecer a complementariedade econômica e crescer os investimentos”, disse Alckmin.

NEGÓCIOS

O ministro lembrou que, antes mesmo de ir à Índia, o governo brasileiro publicou dois decretos relevantes para as relações comerciais entre os dois países.

“Um deles, estabelecendo um acordo de facilitação de investimentos; e o outro evitando bitributação”, detalhou Alckmin.

Para Alckmin, “Isso vai trazer mais segurança jurídica para esse bom trabalho na economia entre Brasil e Índia”, acrescentou.

Alckmin lembrou, também,

que a partir da próxima semana, os negócios entre os dois países serão facilitados com a entrada em vigor de um visto eletrônico para negócios e consultorias.

SAÚDE E PETRÓLEO

Na área da saúde, foi assinada uma parceria entre a Fiocruz e uma empresa indiana, com a possibilidade de transferência de tecnologia de vacinas; e na área do petróleo, foi assinado um contrato da Petrobras para a exportação de mais de 6 milhões de barris à Índia.

Alckmin convidou a Índia a participar da disputa pelos blocos visando a exploração de petróleo em algumas das bacias brasileiras.

“A Agência Nacional do Petróleo (ANP) deve lançar seis blocos no ano que vem, para exploração de petróleo nas bacias de Campos e de Santos, podendo ter mais 18 blocos”, disse o ministro.

A missão brasileira reuniu representantes de 20 setores, incluindo agronegócio, tecnologia, energia e saúde.

Dólar fecha em queda e volta a R\$ 5,40 com sinal de alívio na relação entre EUA e China

ANTONIO PEREZ/AE

O dólar fechou em queda firme nesta sexta-feira, marcada pela retomada do apetite ao risco no exterior, na esteira de acenos de autoridades americanas à China e menor preocupação com o mercado de crédito privado nos EUA. Divisa que mais sofreu com o aumento das tensões comerciais no fim da semana passada, o real exibiu nesta sexta o melhor desempenho entre as principais moedas emergentes.

Com mínima a R\$ 5,4031,

à tarde, em sintonia com a alta das bolsas americanas, o dólar à vista encerrou o dia em queda de 0,69%, a R\$ 5,4055.

A moeda termina a semana com perdas de 1,78%, após ter avançado 3,13% na semana passada, quando tocou o nível de R\$ 5,50, nos maiores níveis desde o início de agosto. Em outubro, o dólar acumula valorização de 1,55% em relação ao real, que perdeu para o peso colombiano o posto de divisa latino-americana com melhor desempenho no ano.

Nota

NO STF, ZANIN VOTA PARA MANTER SUSPENSO SISTEMA DE CONTROLE DE BEBIDAS

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou para manter suspenso o Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe), extinto em 2016. Ele é relator do caso e até o momento foi acompanhado pelo ministro Alexandre de Moraes. O julgamento é realizado no plenário virtual que começou nesta sexta-feira, e vai até o dia 24. A discussão ocorre em meio à crise provocada pela contaminação de bebidas alcoólicas com metanol no País. Segundo boletim do Ministério da Saúde, o Brasil registra 41 casos confirmados e 8 mortes de intoxicação por causa da substância. O sistema, extinto pela Receita Federal durante o governo de Michel Temer (MDB), monitorava o volume de produção de refrigerantes, cervejas e águas. Em abril deste ano, o ministro Cristiano Zanin proferiu liminar para suspender uma decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que obrigava o retorno do Sicobe. Agora, ele votou no mérito, para tornar a liminar definitiva.

Trabalhador por aplicativo ganha mais e com jornadas mais longas

- de transporte particular de passageiros, como Uber e 99;
 - de entrega de comida, produtos, como Rappi e iFood;
 - de prestação de serviços gerais ou profissionais, que inclui profissões como designers, tradutores e até telemedicina, quando o médico usa a plataforma digital para captar pacientes e realizar consultas, por exemplo.
- Os pesquisadores identificaram 1,7 milhão de plataforma -

ESCOLARIDADE

A Pnad classificou os rendimentos dos trabalhadores por nível de instrução e identificou que em todos os segmentos com escolaridade abaixo do nível superior, o rendimento dos plataforma - superava o dos não plataforma.

Entre os ocupados com ensino fundamental completo e médio incompleto, eles recebiam 50% a mais que a média nacional.

Mas entre pessoas ocupadas que tinham nível superior, os plataforma - recebiam 29,8% menos (R\$ 4.263), enquanto os que não trabalhavam por app recebiam mensalmente R\$ 6.072.

De acordo com o analista responsável pela pesquisa, Gustavo Fontes, essa informação pode ser um indicativo que pessoas que concluíram curso universitário não encontraram vaga na área de formação, buscaram alternativa por meio de app, mas não alcançaram o rendimento que era esperado para o grau de instrução.

“Essa é uma realidade. A gente sabe que tem pessoa formada em engenharia e que está dirigindo por aplicativo”, exemplifica.

“Provavelmente esse não é o trabalho que a pessoa mais gostaria de fazer, mas é o que encontrou naquele momento e está garantindo uma renda”, completa.

INFORMALIDADE

O estudo identificou que os trabalhadores por plataforma enfrentam mais situações como informalidade e não contribuição para a previdência.

Dos trabalhadores ocupados, 43,8% estavam na informalidade, situações como empregado sem carteira assinada e trabalhador por conta própria sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Já entre os plataforma - formizados, a proporção escalava para 71,7%.

Dos não plataforma - formizados, 61,9% contribuíam para a previdência, enquanto 35,9% dos plataforma - formizados não tinham essa proteção social que garante assistência como aposentadoria e pensão.

MOTORISTAS

O IBGE fez comparações entre pessoas que trabalhavam como motoristas. Em 2024, o Brasil tinha 1,9 milhão de pessoas ocupadas que realizavam essa atividade profissional. Cerca de quatro em cada dez (43,8%) eram motoristas por apps. Esse universo somou 824 mil pessoas. Os não plataforma - formizados eram 1,1 milhão.

Os motoristas de app apresentaram rendimento médio mensal de R\$ 2.766, o que superava em R\$ 341 o recebido pelos não plataforma - formizados (R\$ 2.425). Essa diferença é quase o dobro da identificada em 2022 (R\$ 179).

Em relação à jornada de trabalho, os plataforma - formizados dirigiam cinco horas a mais por semana, em média, chegando a 45,9 horas contra as 40,9 horas dos não plataforma - formizados.

Essa relação fazia com que a hora trabalhada do plataforma - formado valesse R\$ 13,9, muito próximo dos demais motoristas (R\$ 13,7/hora). Mas se a comparação for com os motoristas não plataforma - formizados que eram formais, esses recebiam valor maior, R\$ 14,7/hora.

Assim como o conjunto de todos os trabalhadores por aplicativo, os motoristas de app contribuíam menos para a previdência - apenas um em cada quatro (25,7%). Já entre os não plataforma - formizado, mais da metade (56,2%) tinha cobertura previdenciária.

A informalidade era maior também entre os motoristas de app, atingindo 83,6% deles, contra 54,8% dos demais motoristas.

O IBGE buscou informações apenas de pessoas que tinham os aplicativos como forma principal de intermediação de trabalho. Dessa forma, quem faz um bico como motorista de aplicativo na hora vaga para complementar a renda não entrou no cálculo.

MOTOCICLISTAS

Ao se debruçar nas informações dos motociclistas, o IBGE localizou alguns fenômenos parecidos com os dos motoristas.

O Brasil tinha 1,1 milhão de pessoas ocupadas conduzindo motos. De cada três, uma trabalhava por meio de app (33,5%), somando 351 mil pessoas.

Essa participação representa um salto em relação a 2022, quando eram 21,9%.

Quem trabalhava com moto por aplicativo tinha rendimento mensal de R\$ 2.119, valor 28,2% maior que os não plataforma - formizados (R\$ 1.653).

Os ocupados por plataformas trabalhavam 45,2 horas semanais em média, superando em 3,9 horas a jornada dos não plataforma - formizados, de 41,3 horas na semana.

A hora de quem era motociclista por app valia R\$ 10,8, acima da paga aos demais motociclistas (R\$ 9,2).

A remuneração por hora dos motociclistas por app superava também a dos não plataforma - formizados com ocupação formal (R\$ 10,6/hora).



PERDAS DE SAFRA

BNDES vai liberar R\$ 12 bi para produtores rurais

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

Com orçamento de R\$ 12 bilhões, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) abriu, na quinta-feira passada, protocolo para receber pedidos de crédito no âmbito do Programa BNDES para Liquidação de Dívidas Rurais. A finalidade é auxiliar a retomada da capacidade econômica e apoiar a recuperação dos produtores agropecuários que registraram perdas significativas de safra.

As operações poderão ser feitas por meio da rede de instituições financeiras parceiras credenciadas no BNDES. O financiamento terá prazo de até nove anos, incluindo um de carência. O programa vai apoiar produtores rurais, associações, condomínios rurais e cooperativas agrícolas localizados em municípios que, entre 2020 e 2024, tiveram declaração de estado de calamidade pública ou de situação de emergência reconhecidas pelo governo federal, em decorrência de eventos climáticos adversos.

“O BNDES é o principal agen-



VALTER CAMPANATO/ABRASIL

te do governo federal para a execução de políticas públicas de crédito de longo prazo no país. Assim como ocorreu no Rio Grande do Sul, com empresas afetadas pelos extremos climáticos, o banco oferece aos produtores rurais alívio econômico, para garantir a continuidade da

atividade produtiva no campo, especialmente para agricultores familiares e médios produtores, que têm papel central na segurança alimentar e no desenvolvimento regional”, disse Maria Fernanda Coelho (foto), diretora de Crédito Digital e Gestão do Fundo Rio Doce.

Do total de recursos, 40% estão reservados para produtores beneficiários do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), segmentos mais vulneráveis aos efeitos das perdas de safra.

CADE

Cobasi Petz admitem que perderam espaço para marketplaces

FLÁVIA SAID/AE

Petz e Cobasi defenderam nesta sexta-feira, a combinação das duas empresas perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Os representantes das duas varejistas foram os últimos a falar em audiência pública destinada a discutir os aspectos concorrenciais relacionados aos mercados de pet, que contou com a participação majoritária de ONGs e entidades a favor e contra a operação.

O cofundador e CEO da Cobasi, Paulo Nassar, e o CEO da Petz, Sérgio Zimmerman, focaram na perda de espaço de suas companhias em função do avanço dos marketplaces.

Nassar defendeu que a fusão com a Petz representa apenas cerca de 10% de participação no mercado. “É um argumento absolutamente falacioso falar em formação de monopólio. Também não há sentido algum em afirmar que haverá concentração de mercado. O varejo pet é altamente pulverizado e fragmentado”. Ele disse que a fusão visa reduzir custos de produção e, assim, reduzir custos ao consumidor. “A operação estimula a competição, favorecendo o consumidor e contribuindo para a eficiência do setor”, defendeu.

Segundo ele, além da concorrência principal com marketplaces especializados (como Amazon, Shopee, Mercado Livre, Magalu e Petlove) e e-commerce, Petz e Cobasi competem ainda com pet shops de bairro, agrolojas, supermercados e atacarejos. Por isso, ele disse que um dos objetivos principais da fusão é aumentar a capilaridade física e digital. “O canal online se tornou um dos principais vetores de pressão concorrencial”, explicou.

Por seu turno, pela Petz, Sérgio Zimmerman sustentou que a

fusão visa a combater a perda de relevância recente e informou que a rentabilidade da empresa foi erodida em função da alta competitividade do setor - no ano de 2021 chegou a valer R\$ 12 bilhões e hoje vale R\$ 1,7 bilhão, segundo ele. Zimmerman ainda resgatou fala em que o CEO da Petlove ponderou que a fusão das concorrentes não era problema.

Zimmerman disse que as plataformas de marketplace concorrem entre si em crescimento. “E concorrem cada vez de uma forma mais forte Então um abaixo o valor mínimo do frete, a outra baixa de zero o valor para dar frete de graça. E todo esse efeito de concorrência ativa todos os segmentos de varejo e o segmento pet não é exceção a isso”, pontuou.

Rebatendo acusações sobre eventuais riscos de abandono de pets, o CEO da Petz disse que a proteção animal “está no DNA” das duas empresas.

A terceira interessada, Petlove, sustentou que as duas empresas são hoje competidoras diretas, tanto no mercado físico quanto no online. “São as principais rivais uma da outra. Ningüém se aproxima em escala, ninguém se aproxima em estratégia, ninguém se aproxima em marca, nenhum player tem isso”, argumentou o economista Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo.

De acordo com Ragazzo, que já foi superintendente e conselheiro do Cade, as barreiras à entrada nesse mercado já são elevadas e tendem a se agravar e a “nova gigante” atuará de forma integrada na venda de produtos e serviços para pets, com uma oferta omnichannel que une lojas físicas e canais digitais, o que amplia ainda mais as barreiras para a entrada de novos players e reduz a competição do setor.

REAÇÃO

China acusa EUA de violar regras da OMC com tarifas recíprocas e guerra

PEDRO LIMA/AE

A missão da China junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) afirmou que a introdução pelos Estados Unidos das tarifas recíprocas e o início de uma “guerra comercial global violaram gravemente os direitos legítimos de diversos países”. A crítica foi pu-

blicada em uma nota divulgada nesta sexta-feira, pelo Ministério do Comércio chinês.

O ministério afirmou que Washington “continua a ignorar as expectativas dos demais membros e a se desviar de suas obrigações”, adotando medidas unilaterais e discriminatórias que “prejudicam o sistema multilateral de comércio

baseado em regras”. A nota reforça que a OMC é “a pedra angular da globalização econômica e do comércio internacional” e exorta os Estados Unidos a corrigir “práticas equivocadas, cumprir plenamente as regras da OMC e eliminar medidas ilegais como as

tarifas recíprocas”. Pequim declarou ainda esperar que Washington trabalhe com outros membros, inclusive a China, para fortalecer o papel do sistema multilateral na governança global e “promover uma globalização inclusiva e benéfica para todos”.

MISSÃO S.A.
CNPJ/MF nº 39.110.879/0001-60 – NIRE 33.300.309.942

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas
Ficam convocados os senhores Acionistas da **Emissão S.A.** (“Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas (“AGO”), a ser realizada no dia 6 de novembro de 2025, às 10h00, de forma exclusivamente eletrônica, nos termos do Artigo 132, da Lei nº 6.404/1976 (“Lei das S.A.”), para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Retificação de quatro valores constantes das Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024; e 2) Ratificação das Demonstrações Financeiras dos exercícios sociais de 2023 e de 2024, já aprovadas, sem a necessidade de nova elaboração e reapresentação desses documentos, visto que as alterações não afetam o valor total do passivo e do patrimônio líquido, sendo consideradas inateriais. **Informações gerais:** (a) Para participar e votar por meio do sistema eletrônico, o Acionista deverá enviar solicitação à Companhia até 2 (dois) dias antes da data da AGO, ou seja, até às 10h00 do dia 4/11/2025, para o e-mail: cesar@mplegal.com.br; (b) Na hipótese de participação por meio de procurador, a solicitação deverá ser acompanhada do respectivo instrumento de mandato, devidamente regularizado nos termos da legislação aplicável e do Estatuto Social da Companhia; e (c) Após o recebimento da solicitação e a devida comprovação da titularidade das ações, a Companhia enviará aos acionistas aptos as instruções de acesso e participação na AGO, com os procedimentos necessários para utilização do sistema eletrônico. Rio de Janeiro, 16/10/2025. Cesar Madeira Padovesi – Diretor

LEST - LINHAS DE ENERGIA DO SERTÃO TRANSMISSORA S.A.
CNPJ/MF Nº 24.100.518/0001-65 - NIRE 33.3.0032400-3
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2025

1. Data, Hora e Local: Realizada em 23 de setembro de 2025, às 12:00 horas, na sede social da LEST - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. (“Companhia”), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, sala 1.801 (parte), Botafogo, CEP 22250-040. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação do Edital de Convocação, em conformidade com o disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“LSA”), considerando a presença do acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Presidente - Sr. Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca, Secretário - Sr. Bruno Miguel Sieiro Ferreira. **4. Ordem do Dia:** consignar os endereços das filiais da Companhia no parágrafo único do artigo segundo do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Após discutir e analisar os temas propostos na ordem do dia e documentos correlatos, o acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, aprovou a alteração no parágrafo único do artigo segundo do Estatuto Social para consignar os endereços das filiais da Companhia. Em razão da presente deliberação, altera-se do artigo segundo do Estatuto Social da Companhia que passa a vigorar com a seguinte nova redação: **“ARTIGO SEGUNDO - A Companhia tem sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, sala 1.801 (parte), Botafogo, CEP: 22250-040, podendo abrir e encerrar agências, escritórios e filiais em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação da Diretoria. Parágrafo Único - A Companhia mantém filiais nas seguintes localidades: a) na Rua da Independência, nº 166, 1º andar, sl. 02, Centro, Município de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas, CEP: 57.480-000, CNPJ nº 24.100.518/0002-46. b) na Avenida Recife, s/nº, Centro, Município de Jacobá, Estado de Pernambuco, CEP: 56.470-000, CNPJ nº 24.100.518/0003-27. c) na Rua Carlos Hamilton Silva Gomes, nº 33, Inácio Barbosa, Município de Aracaju, Estado de Sergipe, CEP: 49.041-040, CNPJ nº 24.100.518/0004-08.”** 5.1. Em virtude das alterações acima deliberadas, consolida-se o Estatuto Social da Companhia no Anexo forma do Anexo I. 5.2. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração da deliberação desta assembleia, incluindo os registros públicos correspondentes. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **7. Assinaturas:** Mesa: Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca, como Presidente e Bruno Miguel Sieiro Ferreira como Secretário. Acionista: Sertões Holding S.A.. Confere com a ata original lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 23 de setembro de 2025. **Mesa:** Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca - Presidente, Bruno Miguel Sieiro Ferreira - Secretário. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 14/10/2025 sob o nº 00007252137 - Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

MC AGROPECUÁRIA E PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ/MF nº 10.226.590/0001-29 - NIRE nº 33.2.0816551-4

Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social: Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo: **Octavio Augusto Fontes Tourinho**, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Cidade e Estado do RJ, na Av. Malibu nº 45, Bl. 02, apto. 1.602, Barra da Tijuca, RG nº 27.769-D- CREA-RJ em 22/10/1975, e CPF/MF nº 335.861.017-91, neste ato representado por sua procuradora, **Renata Maria Novotny Vallarelli**, brasileira, casada, inscrita na OAB, Seção do Estado do RJ, nº 67.864, e no CPF nº 981.194.867-49, residente e domiciliada nesta Cidade e Estado do RJ, com endereço na Praia de Botafogo, nº 228, Ala A, 3º andar, Sala 301, Botafogo, CEP 22250-906 (“**Octavio**”); **Maria Elisa Fontes Tourinho**, brasileira, divorciada, física, residente e domiciliada na Cidade e Estado do RJ, na Av. Atlântica nº 3.114, apto. 401, Copacabana, RG nº 3054162- IFF-RJ em 10/04/1972, e CPF/MF nº 592.345.807-10, neste ato representado por seu procurador, **Rafael de Moura Rangel Ney**, brasileiro, casado, inscrito na OAB, Seção do Estado do RJ, nº 89.979, e no CPF nº 043.047.757-07, residente e domiciliado nesta Cidade e Estado do RJ, com endereço na Praia de Botafogo, nº 228, Ala A, 3º andar, Sala 301, Botafogo, CEP 22250-906 (“**Maria Elisa**”); **Demetrio Fontes Tourinho**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, residente e domiciliado na Cidade e Estado do RJ, na Rua Almirante Gonçalves nº 4, apto. 601, Copacabana, RG nº 034843276- IFF-RJ em 28.05.1981, e CPF/MF nº 606.581.187-49 (“**Demetrio**”); **Alzira Maria Tourinho Padilha**, brasileira, casada, arquiteta, residente e domiciliada na Cidade de Miami, Estado da Flórida, nos Estados Unidos da América, na 7825 SW 122nd ST, Pinecrest, ora de passagem por esta Cidade, RG nº 049712763- IFF-RJ em 04/03/1989, e CPF/MF nº 929.013.447-04, neste ato representada por seu procurador, **Rafael de Moura Rangel Ney**, acima qualificado, (“**Alzira**”); **Maria Leticia Fontes Tourinho**, brasileira, divorciada, economista, residente e domiciliada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Dr. Gustavo Bush nº 155, apto. 91-B, RG nº 384847353- SSP-SP em 29/11/13, e CPF/MF nº 787.647.347-49, neste ato representada por seu procurador, **Rafael de Moura Rangel Ney**, acima qualificado, (“**Maria Leticia**”); **Marina Eloy Tourinho Hanszmann**, brasileira, empresária, casada pelo Regime da Separação de Bens, residente e domiciliada na Cidade e Estado do RJ, na Rua Sambaíba nº 596, apto. 103, Leblon, RG nº 013.083.762-8- IFF/RJ, e CPF/MF nº 055.520.777-33, neste ato representada por seu procurador, **Rafael de Moura Rangel Ney**, acima qualificado, (“**Marina**”); **Julia Eloy Tourinho**, brasileira, advogada, solteira, residente e domiciliada na Cidade e Estado do RJ, na Rua Professor Brandão Filho nº 70, apto. 101, Leblon, RG nº 13105561-8- DETRAN/RJ em 16/02/07, e CPF/MF nº 098.933.407-48, neste ato representada por seu procurador, **Rafael de Moura Rangel Ney**, acima qualificado, (“**Julia**”); e **Leticia Eloy Tourinho**, brasileira, designer, casada, residente e domiciliada na Cidade e Estado do RJ, na Rua Marques de São Vicente nº 188 apto 1103 - Gavea, RG nº 020.746.582-4- DETRAN/RJ em 11/10/11, e CPF/MF nº 102.037.947-29, neste ato representada por seu procurador, **Rafael de Moura Rangel Ney**, acima qualificado, (“**Leticia**” e, em conjunto com **Octavio, Maria Elisa, Demetrio, Alzira, Maria Leticia, Marina e Julia**, os “**Sócios**”); sócios da **MC Agropecuária e Participações Ltda.**, sociedade empresária Ltda. com sede na Cidade e Estado do RJ, na Rua Aníllio de Carvalho nº 29, Sala 903/4, Castelo, CEP: 20.030-060, CNPJ/MF nº 10.226.590/0001-29, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado do RJ (“**JUCERJA**”) sob o NIRE nº 33.2.0816551-4, por despacho de 25/07/08, e sua última alteração do contrato social arquivada no referido órgão em 25/10/24 (a “**Sociedade**”); **Considerando Que:** I. no dia 09.09.2025, foi realizada a venda da fazenda Santa Rita I, conforme autorizado pela Reunião de Sócios de 21.08.2025 arquivada na JUCERJA em 02.09.2025; II. no dia 22.09.2025, na Reunião de Sócios arquivada na JUCERJA em 02.10.2025, deliberou-se aprovar, sem condições ou ressalvas, as DFs intermediárias da sociedade levantadas em 09.09.2025, declarando dividendos intermediários; III. os Sócios consideram excessivo o Capital Social em relação ao objeto social desenvolvido pela Sociedade, nos termos do art.1.082, II, da Lei 10.406/2002. **Deliberam os Sócios por unanimidade:** (i) Reduzir o Capital Social em R\$1.200.000,00, de modo a compatibilizá-lo com as atividades concretamente desempenhadas pela Sociedade no momento atual, assegurando maior efetividade na persecução do objeto social, devendo a restituição do montante ser realizada aos Sócios na respectiva proporção de sua participação individual no capital social da Sociedade (“**Redução de Capital**”) em até 60 dias do arquivamento desta ata na JUCERJA; (ii) Alterar a cláusula IV do Contrato Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: **“IV. O Capital Social é de R\$3.528.126,00, dividido em R\$ 1,00 cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional e em bens, distribuído da seguinte forma entre os sócios: a) Octavio Augusto Fontes Tourinho - 588.021 quotas de R\$ 1,00 cada uma, no valor total de R\$ 788.021,00; b) Maria Elisa Fontes Tourinho - 588.021 quotas de R\$ 1,00 cada uma, no valor total de R\$ 788.021,00; c) Demetrio Fontes Tourinho - 588.021 quotas de R\$ 1,00 cada uma, no valor total de R\$ 788.021,00; d) Alzira Maria Tourinho Padilha - 588.021 quotas de R\$ 1,00 cada uma, no valor total de R\$ 788.021,00; e) Maria Leticia Fontes Tourinho - 588.021 quotas de R\$ 1,00 cada uma, no valor total de R\$ 788.021,00; f) Marina Eloy Tourinho Hanszmann - 196.007 quotas de R\$ 1,00 cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00; g) Julia Eloy Tourinho - 196.007 quotas de R\$ 1,00 cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00; h) Leticia Eloy Tourinho - 196.007 quotas de R\$ 1,00 cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00;”** (iii) Consolidar o Contrato Social nele incorporando as alterações acima realizadas, passando este a vigorar nos seguintes termos: **Contrato social da MC Agropecuária e Participações Ltda.** I - A Sociedade terá foro e sede nesta Cidade do RJ, à Rua Aníllio de Carvalho nº 29 sala 903/4 – Castelo – CEP 20030-060 parte, e Filial na Fazenda Verdadeira I, localizada na Estrada da Soubara s/número – Terceiro Distrito de Araruama – RJ – CEP 28.970-000 e girará sob a denominação social de MC AGROPECUÁRIA E PARTICIPAÇÕES LTDA. II - O prazo de sua duração é indeterminado. III - O Objeto da Sociedade é a exploração agropecuária, a criação de bovinos, a compra, venda e locação de imóveis próprios e a participação em outras sociedades. IV - O Capital Social é de R\$3.528.126,00, dividido em 3.528.126 quotas de R\$ 1,00 cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional e em bens, distribuído da seguinte forma entre os sócios: a) **Octavio Augusto Fontes Tourinho** - 588.021 quotas de R\$ 1,00 cada uma, no valor total de R\$ 788.021,00; b) **Maria Elisa Fontes Tourinho** - 588.021 quotas de R\$ 1,00 cada uma, no valor total de R\$ 788.021,00; c) **Demetrio Fontes Tourinho** - 588.021 quotas de R\$ 1,00 cada uma, no valor total de R\$ 788.021,00; d) **Alzira Maria Tourinho Padilha** - 588.021 quotas de R\$ 1,00 cada uma, no valor total de R\$ 788.021,00; e) **Maria Leticia Fontes Tourinho** - 588.021 quotas de R\$ 1,00 cada uma, no valor total de R\$ 788.021,00; f) **Marina Eloy Tourinho Hanszmann** - 196.007 quotas de R\$ 1,00 cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00; g) **Julia Eloy Tourinho** - 196.007 quotas de R\$ 1,00 cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00; h) **Leticia Eloy Tourinho** - 196.007 quotas de R\$ 1,00 cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00; V - A responsabilidade dos sócios é Ltda. a sua participação no capital social, na forma do art. 1052 da Lei 10.406/02. VI - A cessão de cotas a terceiros, estranhos a Sociedade, quer parcial, quer integral, só se fará com alterações deste contrato, mediante assentimento dos cotistas que representem, no mínimo, dois terços do Capital Social, assegurado o direito de preferência dos demais cotistas, em igualdade de condições e reservada aos que divergiem da alteração a faculdade de se retirarem da sociedade, mediante reembolso da quantia correspondente a sua cota de capital na proporção do último balanço aprovado. VII - A administração da Sociedade, bem como a sua representação ativa e passiva e o uso da denominação social, caberá aos sócios administradores (i) **Octavio Augusto Fontes Tourinho**, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Cidade e Estado do RJ, na Av. Malibu nº 45, Bl. 02, apto. 1.602, Barra da Tijuca, RG nº 27.769-D- CREA- RJ em 22/10/1975, e CPF/MF nº 335.861.017-91; e (ii) **Demetrio Fontes Tourinho**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, residente e domiciliado na Cidade e Estado do RJ, na Rua Almirante Gonçalves nº 4 apto 601, Copacabana, RG nº 034843276- IFF-RJ em 28.05.1981, e CPF/MF nº 606.581.187-49, podendo atuar em conjunto ou isoladamente. §1º: A Sociedade, representada por um dos sócios administradores, poderá: a) Constituir um ou mais procuradores com poderes que julgar conveniente. b) Alienar bens imóveis pertencentes ao Patrimônio Social, mediante autorização concedida em reunião de sócios cotistas. §2º: Nenhum dos sócios, porém, poderá contrair obrigações estranhas ao Contrato Social, nem empregar a denominação social em obrigações a favor de terceiros ou dos próprios cotistas, ficando pessoalmente responsável por todos os atos e contratos que infringirem a presente cláusula. §3º: Por morte ou incapacidade do sócio administrador será convocada reunião de cotistas por qualquer dos sócios, para sua substituição. §4º: Os sócios adotarão, preferencialmente, nas suas deliberações a forma estabelecida no §3º do artº 1072 do código civil (Lei nº 10.406/2002). §5º: Os sócios declaram, sob as penas da Lei, que não estão incursos em nenhum crime que impeçam de exercer as atividades mercantis. §6º: O administrador poderá efetuar uma retirada mensal, a título de pró-labore, até o máximo definido em reunião de cotistas. VIII - Ao fim de cada ano será levantado o balanço, que será considerado aprovado se contiver a assinatura dos sócios que representarem no mínimo dois terços do capital social, permitindo-se a sócios igualmente representando dois terços do capital social, nada obstante, determinar o levantamento de balanços intermediários, os quais, se aprovados, poderão dar ensejo ao pagamento dos dividendos intercalares. IX - Os lucros ou prejuízos apurados serão distribuídos aos sócios na proporção das cotas de capital que possuam. Os sócios por maioria poderão determinar a constituição de fundo de reserva ou a manutenção dos lucros apurados. X - O falecimento de qualquer dos sócios não dissolve a sociedade, que continuará com os sobreviventes e os herdeiros dos falecidos. Caso estes não desejem fazer parte da sociedade, as suas cotas serão adquiridas pela sociedade ou pelos demais cotistas, de acordo com o valor a elas atribuído por balanço especialmente levantado para este fim, computados as parcelas de fundos de reserva e deduzidos as de prejuízos se houver. XI - Qualquer dos Sócios poderá retirar-se da Sociedade (resolução da sociedade em relação a um sócio), a qualquer tempo, mediante notificação aos demais Sócios com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, e requerer a liquidação de sua participação no capital social, a ser apurada conforme o critério do valor patrimonial contábil, necessariamente na forma do § único desta Cláusula XI. § UNICO: Na hipótese de resolução da sociedade em relação a um sócio nos termos do caput desta Cláusula XI, a liquidação das quotas do sócio retirante terá por base a situação patrimonial contábil da Sociedade na data em que a Sociedade receber a manifestação de vontade de dissolução do vínculo societário, de acordo com o balanço a ser especialmente levantado em até 60 dias, devendo o pagamento dos haveres respectivos ser efetuado em 36 parcelas mensais, corrigidas monetariamente a cada período anual, pela variação positiva do IGP-M, vencendo-se a primeira 30 dias após a assinatura, por todas as partes, da alteração contratual que refletir a saída do sócio em questão do quadro social. XII - A dissolução da Sociedade, agora os casos previstos em Lei, somente se dará por decisão de sócios que representem dois terços do capital social. Dissolvida ela, por qualquer motivo, elegerão os cotistas liquidantes e ditar-lhe-ão o prazo e a forma de liquidação. XIII - Fica eleito o foro da cidade do RJ, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste Contrato Social”. RJ, 09/10/25. **Octavio Augusto Fontes Tourinho** - p.p. Renata Maria Novotny Vallarelli, **Maria Elisa Fontes Tourinho** - p.p. Rafael de Moura Rangel Ney, **Demetrio Fontes Tourinho**; **Alzira Maria Tourinho Padilha** - p.p. Rafael de Moura Rangel Ney; **Maria Leticia Fontes Tourinho** - p.p. Rafael de Moura Rangel Ney; **Marina Eloy Tourinho Hanszmann** - p.p. Rafael de Moura Rangel Ney; **Julia Eloy Tourinho** - p.p. Rafael de Moura Rangel Ney; **Leticia Eloy Tourinho** - p.p. Rafael de Moura Rangel Ney. Testemunhas: 1. Nome: Aline dos Santos Lima - RG: 20.964.846-8 (DIC/RJ) - CPF: 124.385.017-58; 2. Nome: Marina M. Lima de Araujo - RG: 20.373.364-7 (DIC/RJ) - CPF: 109.781.447-59.

Darwin
ENGENHARIA

Darwin Engenharia S / A

CNPJ: 35.815.653/0001-03

Balço Patrimonial			
		2024	2023
Ativo total	Nota	81.135.029,02	61.777.579,87
Circulante		36.997.653,84	33.323.150,67
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.322.555,28	5.787.186,56
Caixa		4.364.533,05	4.379.790,69
Bancos		4.194,69	52.732,78
Aplicações financeiras		3.953.827,54	1.354.663,09
Contas a receber	5	26.294.684,86	16.458.331,02
Clientes		26.294.684,86	16.458.331,02
Imóveis a comercializar		918.452,80	918.452,80
Terrenos		918.452,80	918.452,80
Tributos a recuperar		1.241.596,99	5.836.602,56
CSLL a compensar		1.241.596,99	562.957,63
INSS a recuperar		-	5.273.644,93
Adiantamentos a fornecedores		220.363,91	4.087.850,36
Adiantamentos a partes não relacionadas		220.363,91	4.087.850,36
Outros ativos circulantes		-	234.727,37
Depósitos judiciais		-	234.727,37
Não circulante		44.137.375,18	28.454.429,20
Partes relacionadas	6	29.123.970,34	19.077.768,45
Direitos contratuais de consórcios		29.123.970,34	19.077.768,45
Investimentos	7	11.906.705,51	6.863.420,62
Participações societárias		11.906.705,51	6.863.420,62
Imobilizado	8	3.106.699,33	2.511.016,23
Máquinas e equipamentos		2.617.129,94	1.990.581,53
Veículos		112.208,53	116.132,49
Móveis, máquinas e utensílios		349.317,25	374.434,99
Instalações		28.043,61	29.867,22
Intangível		-	2.223,90
Programas e aplicativos		-	2.223,90
	Nota	2024	2023
Passivo Total		81.135.029,02	61.777.579,87
Circulante		24.368.899,99	34.569.538,21
Contas a pagar	9	3.650.561,46	7.619.250,38
Partes não relacionadas		3.650.561,46	7.619.250,38
Obrigações tributárias e trabalhistas	10	9.709.551,63	18.673.303,00
Obrigações tributárias		1.449.107,72	12.706.493,69
Obrigações trabalhistas		4.715.446,11	1.006.281,83
Obrigações previdenciárias		3.544.997,80	4.960.527,48
Empréstimos		11.008.786,90	8.276.984,83
Empréstimos		11.008.786,90	8.276.984,83
Não circulante		33.737.329,31	3.182.069,60
Partes relacionadas		15.342.832,11	3.182.069,60
Obrigações contratuais de consórcios		788.351,24	3.182.069,60
Contas a pagar com investidas		14.554.480,87	-
Obrigações tributárias e trabalhistas		7.443.409,99	-
Obrigações tributárias		7.443.409,99	-
Empréstimos		4.092.091,54	-
Empréstimos		4.092.091,54	-
Tributos diferidos	10	4.196.176,66	-
Tributos diferidos passivos		4.196.176,66	-
Provisões		2.662.819,01	-
Provisões para contingências	11	2.173.013,08	-
Provisões para passivos a descoberto	7	489.805,95	-
Patrimônio Líquido	12	23.028.799,72	24.025.972,06
Capital social		7.443.409,99	11.000.000,00
Reserva de lucro		10.032.887,87	13.025.972,06
Reserva de incentivo fiscal		1.995.911,85	-

Demonstração do Resultado do período findo em 31.12.2024			
	Nota	2024	2023
Receita operacional	13	160.936.292,81	165.964.277,69
Receita de obras por empreitada		160.936.292,81	165.964.277,69
Deduções da receita bruta		(12.551.084,91)	(12.682.669,61)
Tributos sobre receitas		(12.296.830,14)	(12.682.669,61)
Descontos e operações canceladas		(254.254,77)	-
Receita líquida		148.385.207,90	153.281.608,08
Custo operacional	14	(125.779.550,15)	(138.534.180,19)
Custos de obras por empreitada		(125.779.550,15)	(138.534.180,19)
Resultado bruto		22.605.657,75	14.747.427,89
Despesas de operações continuadas	15	(11.137.194,28)	(10.540.785,57)
Despesas gerais e administrativas		(11.137.194,28)	(10.540.785,57)
Resultado de participações societárias		14.269.006,66	-
Resultado de equivalência patrimonial		12.222.146,37	-
Outros resultados de participações societárias		2.046.860,29	-
Outras receitas e despesas		(6.700.907,12)	-
Resultado de estimativas de provisões		(2.375.713,58)	-
Resultado de perdas estimadas		(1.028.801,71)	-
Resultado de perdas de recuperabilidade		(3.296.391,83)	-
Res. antes de rec./desp. financeiras		19.036.563,01	4.206.642,32
Resultado financeiro líquido	16	(1.008.296,83)	(2.926.494,69)
Despesas financeiras		(1.108.419,00)	(3.014.701,28)
Receitas financeiras		100.122,17	88.206,59
Res. antes dos tributos s/ lucro		18.028.266,18	1.280.147,63
Imposto de renda e Contribuição social		(3.578.695,51)	(978.648,90)
Resultado líquido do período		14.449.570,67	301.498,73

Demonstração dos Resultados Abrangentes do período findo em 31.12.2024		
	Nota	2024 2023
Lucro Líquido do Exercício		14.449.570,67 301.498,73
Itens a serem reclassificados para o resultado		- -
Valor Justo de Instrumentos Financeiros DPV		- -
Impostos Diferidos		- -
Itens reclassificados para o resultado		- -
Reflexos a valor de mercado		- -
Resultado Abrangente Líquido de Impostos		14.449.570,67 301.498,73
Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados do período findo em 31.12.2024		
	Nota	2024 2023
Saldo no início do período		13.025.972,06 14.101.546,20
Ajustes extemporâneos		(16.031.154,86) -
Resultado do período		14.449.570,67 301.498,73
Dividendos pagos		(1.411.500,00) (1.377.072,87)
Saldo no final do período		10.032.887,87 13.025.972,06

Demonstrações dos Fluxos de Caixa do período findo em 31.12.2024			
	Nota	2024	2023
Atividades operacionais		14.066.830,65	-
Resultado líquido do período		14.449.570,67	-
Ajuste de exercícios Anteriores		16.031.154,86	-
Depreciação e amortização		121.141,90	-
Perdas esperadas com crédito de liquidez duvidosa		1.028.801,71	-
Perdas com recuperabilidade		3.296.391,83	-
Resultado com estimativas		1.268.610,63	-
Equivalência patrimonial		(14.269.006,66)	-
Valor justo de instrumentos financeiros		-	-
Tributos diferidos		4.891.254,17	-
Variações no ativo operacional			
Contas a receber		(20.911.357,44)	-
Tributos a recuperar		4.595.005,57	-
Despesas antecipadas		4.102.213,82	-
Outros ativos circulantes		234.727,37	-
Variações no passivo operacional			
Contas a pagar		8.192.073,59	-
Obrigações tributárias e trabalhistas		(8.963.751,37)	-
Atividades de investimento		(912.700,68)	-
(Aplicação) retorno de investimentos		(195.875,68)	-
(Aquisição) venda de Imobilizações		(716.825,00)	-
Atividades de financiamento		(10.618.761,25)	-
Dividendos pagos		(1.411.500,00)	-
(Amortização) recebimento de empréstimos		(9.207.261,25)	-
Aumento (redução) do caixa		2.535.368,72	-
Saldo de caixa inicial		5.787.186,56	5.787.186,56
Saldo de caixa final*		8.322.555,28	5.787.186,56
* Saldo líquido de contas garantidas			

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. **Contexto operacional:** A Darwin Engenharia S/A (“Darwin” ou “Empresa”) foi constituída em 24 de agosto de 1989. É controlada por Jefferson Paes de Figueiredo Filho, o qual detém 97,09 % de participação na Companhia. A Empresa tem por objeto a construção de edifícios, obras de urbanização, construção de redes de abastecimento de água, coleta e construções correlatas, serviços de engenharia, atividades de cobrança e informações cadastrais e medição de consumo de energia elétrica, gás e água. A Administração da Empresa afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo aqui evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. Essas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram revisadas, aprovadas e autorizadas pela diretoria em 14 de abril de 2025. 2.

Base de preparação e apresentação e principais políticas contábeis: a) Base de preparação: As demonstrações contábeis da Empresa são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Como o julgamento da Administração entende-se a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais podem divergir significativamente dessas estimativas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis. A Administração revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em prazo não superior a um ano. As políticas contábeis aplicadas são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações contábeis do exercício anterior. A Empresa não adotou antecipadamente quaisquer normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não estejam em vigor. As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações contábeis foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Empresa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. b) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação, e demonstrações contábeis apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. c) Classificação corrente versus não corrente: A Empresa apresenta

ativos e passivos não balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Se espera realizá-lo ou ser prestado consumo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; e • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; • Não há direito incondicional para deferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante. d) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos e contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em moeda, com conhecimento de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. e) Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários são representados por aplicações financeiras no Brasil. Essas são demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, não excedendo o valor de realização, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício. f) Contas a receber: As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. Estão apresentadas considerando-se os valores estimados de sua realização e da provisão para crédito de liquidação duvidosa (quando aplicável), o qual é avaliado considerando o risco do cliente e histórico de perda. g) Estoques (móveis a comercializar): Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido - dos dois, o menor. Os custos incorridos durante a execução da obra até a sua conclusão e puramente necessários para tal são capitalizados e substancialmente podem ser subdivididos em materiais aplicados, mão de obra e demais serviços de terceiros. h) Investimentos em controladas: Controladas são todas as Empresas das quais a Empresa detém o controle. O controle é obtido quando a Empresa tem o poder de controlar as políticas operacionais e financeiras de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. As empresas controladas e suas respectivas participações estão detalhadas na nota explicativa 8. Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo. Se a participação societária na controlada for reduzida, mas for mantida influência significativa ou o controle compartilhado, parte do saldo de outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, na proporção desta redução. Os ganhos e perdas de diluição ocorridos em participações em controladas, quando ocorridos são reconhecidos na variação do percentual de participação na demonstração do resultado. Quando a Empresa deixa de ter controle, o valor remanescente de sua participação na investida é remensurado ao valor justo no reconhecimento inicial do ativo, com a transferência de valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes para o resultado do exercício, ou reconhecido como custo no reconhecimento inicial do investimento em coligadas ou controladas em conjunto, dependendo da manutenção de sua influência na investida. i) Imobilizado: O imobilizado é apresentado pelo seu custo histórico, líquido de depreciação acumulada ou perdas acumuladas. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. A depreciação é calculada pelo uso, que envolve o cálculo da depreciação com base na utilização efetiva dos ativos. A empresa estima a capacidade total de produção ou unidades de serviço do ativo e, então, aplica a taxa de depreciação sobre o tempo de utilização destes ativos no período, refletindo um reconhecimento mais fiel do desgaste do ativo de acordo com seu uso real, revisada anualmente, e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado. Abaixo segue a taxa anual de depreciação de cada classe de imobilizado da Empresa:

	2024	2023
Computadores e periféricos	12% a.a	12% a.a
Máquinas	10% a.a	10% a.a
Móveis e utensílios	8% a.a	8% a.a
Veículos	8% a.a	8% a.a

1) **Impostos, taxas e contribuições:** j.1) Imposto de renda e contribuição social correntes: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Empresa opera e gera receita tributável. O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base na sistemática do lucro real. Quando a existência de base positiva, as provisões para o imposto de renda e contribuição social são constituídas com base no lucro ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário, quando aplicável, às alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável superior a R\$240, para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. j.2) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, se reconhecidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos ou passivos e o seu respectivo valor contábil, bem como sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Os decorrentes créditos tributários serão registrados somente quando a Empresa apresentar histórico e projeções de lucros tributários. Os decorrentes créditos tributários são registrados somente quando a Empresa apresenta projeções de lucros tributáveis. O reconhecimento dos tributos diferidos deve-se à diferença temporal entre a base tributável da receita financeira e da receita financeira demonstrada da empresa. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. j.3) *Imposto sobre serviços de engenharia:* Sobre os serviços da Empresa incide os seguintes impostos e contribuições:

	Aliquota (para receita operacional e para receita financeira)
PIS - Programa de Integração Social	0,65% para ambas

COFINS - Contribuição para Seguridade Social 3% e 4% respectivamente

k) Reconhecimento de receita: O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contratos com clientes e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. Além disso, exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes. A norma também especifica a contabilização dos custos incrementais de obtenção de um contrato e os custos diretamente relacionados ao cumprimento de um contrato. Exige ainda divulgações mais abrangentes. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Receita de serviços prestados: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre serviços e vendas. A Administração avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como “agente” ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Receita financeira: A receita financeira é reconhecida pelo regime de competência com base no método da taxa de juros efetiva. l) Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. 1.1) Ativo financeiro: 1.1.1) Classificação e mensuração: Os títulos e valores mobiliários e as contas a receber de clientes são mantidos para recolher fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que representem somente os pagamentos do principal e juros. A Administração analisou as características dos fluxos de caixa contratuais desses instrumentos e concluiu que elas atendem aos critérios de mensuração do custo amortizado previstos no CPC 48. Portanto, não é necessária a reclassificação desses instrumentos. A avaliação dos ativos financeiros nos termos do CPC 48 está detalhada na tabela abaixo:

Ativos financeiros	DF Grupo	Categoria do ativo
Disponibilidades	Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários	Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado
Contas a receber	Contas a receber de clientes operacionais	Custo amortizado
Adiantamentos a fornecedores	Adiantamentos a fornecedores	Custo amortizado
Depósitos e retenções	Depósitos judiciais e caucões	Valor justo por meio do resultado

A adoção do CPC 48 alterou fundamentalmente a análise e consequente contabilização pela Empresa das perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, substituindo o modelo de perda incorrida, por um modelo de perda de crédito futura esperada. O CPC 48 exige que a Empresa reconheça uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não mantidos pelo valor justo através do resultado e ativos contratuais. 1.2) Redução ao valor recuperável: A classificação de ativos financeiros depende da natureza e da finalidade dos ativos financeiros sendo determinada no reconhecimento inicial. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda do valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, caso em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma conta de provisão. Quando um conta a receber é considerada incobrável, o item é baixado contra a conta de provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas na conta de Provisão. Mudanças no valor contábil da conta de provisão são reconhecidas no resultado. A Empresa reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. 1.3) Desreconhecimento: Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro) ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: 1.1.3.1) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; A Empresa transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Empresa não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. 1.2) Passivo Financeiro: 1.2.1) Classificação

siificação e mensuração: Os passivos financeiros são classificados como "passivos financeiros ao valor justo através do resultado" ou "outros passivos financeiros". Os principais passivos financeiros da Empresa são fornecedores e foram classificados como "outros passivos financeiros", sendo inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos da transação. Estes passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos, com base na taxa SELIC. As despesas com juros são reconhecidas com base na taxa efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período em questão. A taxa de juros efetiva desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados pela vida esperada do passivo financeiro, ou (quando apropriado) por um período menor, para o valor contábil líquido no reconhecimento inicial. 1.2.2) Desreconhecimento (baixa): Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, liquidada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos correspondentes valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. 1.3) Instrumentos financeiros - apresentação líquida: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

m) Pronunciamentos novos e ainda não adotados			
<u>Data de Vigência</u>	<u>Norma</u>	<u>Descrição</u>	<u>Norma Alterada</u>
01/01/2024	IFRS S1 - Norma de Sustentabilidade	Norma sobre sustentabilidade, abordando riscos financeiros relacionados ao meio ambiente, governança e sociais.	IFRS 9, IFRS 10
01/01/2025	IFRS S2 - Normas de Divulgação Financeira	Norma de divulgação financeira detalhando requisitos para a apresentação de informações de sustentabilidade.	IFRS 12, IAS 1
01/01/2026	Normas para Atualização da DRE e DFC	Alterações nas práticas contábeis exigindo ajustes nos padrões de DRE e DFC.	CPC 26, CPC 03
01/01/2027	Novas Diretrizes de Contabilidade Ambiental	Atualizações para maior clareza nas demonstrações sobre as práticas ambientais das empresas.	CPC 04, CPC 06

não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da empresa: 3. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas provisões e estimativas contábeis. As provisões e estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperação pelas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para crédito de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. 3.1. **Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. 3.2. **Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, são feitas estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. a) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD): As perdas estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa são constituídas com base no julgamento da Administração sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber. b) Vida útil do imobilizado: A Administração, com base em laudos de especialistas internos, revisa anualmente as vidas úteis de suas máquinas, motores e equipamentos de aluguel, bem como os valores residuais desses itens, de forma a calcular e contabilizar a depreciação com base em novas taxas de depreciação e apurar novo valor residual do bem quando ocorrer sua baixa por venda. A vida útil dos ativos classificados no imobilizado reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pelas empresas do Grupo. c) Provisões para risco tributário, cível e trabalhista: Quando necessário, provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências sobre as obrigações de natureza trabalhista, cível, tributária e previdenciária. d) Valores justos dos instrumentos financeiros: Os valores dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos são determinados mediante o uso de técnicas de avaliação. A Administração usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir as premissas. A Administração não se utiliza de seus derivativos para especulação financeira, mas para proteção dos seus empréstimos, os quais serão liquidados na data de seus vencimentos. A Administração não está divulgando derivativos marcados a mercado. 3.3. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, incluindo intangíveis de vida útil econômica indefinida e ágio por expectativa de rentabilidade futura, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão no resultado do exercício ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de necessidade de constituição de provisão para recuperação do ativo - *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Neste caso, uma perda por *impairment* será reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. No exercício de 2024, a Companhia realizou testes de recuperabilidade dos ativos fiscais registrados como INSS a recuperar, concluindo pela necessidade de reconhecimento de perda (*impairment*) sobre estes saldos, em conformidade com o disposto no CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A decisão decorre da análise de saldos antigos, que permanecem há vários exercícios, bem como da ausência de perspectivas concretas de realização no curto e médio prazo. Tais créditos foram objeto de reiterados protocolos de Declarações de Compensação (PER/DCOMP) junto à Receita Federal do Brasil, os quais, até a presente data, aguardam despacho decisório em processo administrativo fiscal. Dessa forma, por prudência e aderência às melhores práticas contábeis, foi registrado *impairment* sobre os referidos ativos, refletindo a avaliação da administração quanto à sua efetiva irrecuperabilidade, até que haja manifestação favorável dos órgãos competentes. Ressalta-se, contudo, que a Companhia mantém a expectativa de êxito nas compensações e/ou restituições administrativas futuramente. Caso haja decisão favorável, os valores poderão ser revertidos, com impacto positivo no resultado do exercício em que ocorrer a homologação.

	2024	2023
Caixa	4.365	4.380
Bancos conta movimento	4	53
Aplicações financeiras	3.954	1.354
	9.322	5.787

Estão representadas as aplicações financeiras que buscam acompanhar as variações de taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários (CDI), através da atuação preponderante no mercado de taxa de juros doméstica, grande parte das aplicações possuem alta liquidez, junto a Bancos com risco baixo, tendo em vista o perfil conservador das aplicações. As aplicações financeiras são diversificadas renda fixa, indexadas ao CDI, com percentual de 100% do benchmark com liquidez diária.

5. Contas a receber	2024	2023
Clientes	26.946	16.458
Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	(651)	-
	26.295	16.458

A administração revisa anualmente os valores do contas a receber que são destinadas as Perdas Esperadas para crédito de liquidação duvidosa.

	2024		2023	
	Crédito a receber	Obrigação a pagar	Crédito a receber	Obrigação a pagar
Operações em conjunto				
Consórcio Darwin TB Santo Andre	4.272	-	360	(662)
Consórcio Darwin TB Alto do Tiete	4.288	-	-	(2)
Consórcio Darwin TB Itaquera	4.243	-	616	(641)
Consórcio Darwin TB Leste III	276	-	651	(102)
Consórcio Darwin TB Mauá	3.926	-	897	(1.232)
Consórcio Darwin TB São Miguel Paulista	942	-	-	(523)
Consórcio Darwin TB Sul	5.533	-	21	(1)
Consórcio Medeiros Darwin	503	-	6.016	-
Consórcio Manutenção Leste I	4.927	-	9.498	-
Consórcio Rio Resolve	22	-	102	-
Consórcio TD Darwin	-	-	167	-
Consórcio Solução	192	-	751	-
Consórcio TB Leste	-	(788)	-	-
Total	29.124	(788)	19.079	(3.163)

A Companhia participa, na qualidade de consorciada, de consórcios de empresas constituídos para a execução conjunta de determinados contratos e projetos específicos. Em consonância com os princípios contábeis aplicáveis, as demonstrações financeiras da Companhia refletem os efeitos econômicos das operações realizadas pelos referidos consórcios, adotando a prática de consolidação proporcional de receitas e despesas. A metodologia aplicada resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo, denominado "Créditos Contratuais a Receber de Consórcio" ou "Obrigações Contratuais com Consórcio", refletindo a posição líquida da Companhia perante os demais consorciados, considerando as movimentações de receitas, custos, despesas, adiantamentos e repasses. O saldo registrado representa, portanto, um direito contratual da Companhia perante o consórcio ou, quando passivo, uma obrigação decorrente dos rateios e da execução do objeto contratual conjunto.

Darwin_									
ENGENHARIA									
CNPJ: 35.815.653/0001-03									
7. Investimentos									
	2024		2023						
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo					
SCP 150 Recebíveis Cesan	-	-	8	-					
SCP Obra 156	-	-	731	(20)					
SCP 269 Dois Irmãos	627	-	843	-					
SCP 270 Sabesp Performance Extremo Norte São Paulo	752	-	-	-					
SCP 271 Igua/RJ - Guarda Chuva Rio de Janeiro	-	(70)	262	-					
SCP 274 CESAN Sistema de Abastecimento de Água Iriri	44	-	-	-					
SCP 275 Igua/RJ - Coletor da Tijuca	-	(8)	-	-					
SCP 276 Igua/RJ - Crescimento Vegetativo 2	-	(168)	-	-					
SCP 277 Igua/RJ - Captação de Clientes 2	704	-	-	-					
SCP 278 Alto Rio Novo	-	(45)	-	-					
SCP 282 Igua Jardim Oceânico	134	-	-	-					
SCP 286 Rede Coletora Miguel Pereira	3.437	-	-	-					
SCP 289 CESAN Hidrometria 2	-	(199)	-	-					
SCP 292 Igua/RJ Guarda Chuva RJ 3	273	-	-	-					
SCP 293 Igua/RJ Estação Elevatória Esgoto Dois Irmãos	983	-	-	-					
DWX Empreendimentos Ltda	4.952	-	4.952	-					
	11.906	(490)	6.796	(20)					
As participações nas SCPs são investimentos com grau de controle direto e avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), conforme os percentuais de participação e os resultados apurados proporcionalmente em cada exercício. Desta forma, os saldos registrados refletem a posição patrimonial líquida da Companhia em relação às operações das SCPs, podendo assumir natureza de ativo ou passivo, em função da movimentação operacional e dos reflexos patrimoniais. A entidade controlada DWX Empreendimentos Ltda. manteve-se inativa durante os exercícios de 2024 e 2023, não apresentando movimentações operacionais, econômicas ou financeiras relevantes. Consequentemente, não houve variações no patrimônio líquido da investida que impactassem o valor contábil do investimento na Companhia."									
8. Imobilizado: O imobilizado da Empresa está assim representado:									
	Veículos, máquinas e equipamentos	Móveis, máquinas e utensílios	Computadores e periféricos	Outros imobilizados	Total Imobilizado				
Custo:									
Em 1º de janeiro de 2023	4.564	531	458	43	5.596				
Adições	-	-	78	-	78				
Em 31 de dezembro de 2023	4.564	531	536	43	5.674				
Adições	703	-	14	-	717				
Em 31 de dezembro de 2024	5.267	531	550	43	6.391				
Depreciação									
Em 1º de janeiro de 2023	(2.531)	(225)	(352)	(10)	(3.118)				
Despesa de depreciação	(4)	(31)	(8)	(2)	(45)				
Em 31 de dezembro de 2023	(2.535)	(256)	(360)	(12)	(3.163)				
Despesa de depreciação	(4)	(31)	(84)	(2)	(121)				
Em 31 de dezembro de 2024	(2.539)	(287)	(444)	(14)	(3.284)				
Valor residual líquido:									
Em 31 de dezembro de 2023	2.029	275	176	31	2.511				
Em 31 de dezembro de 2024	2.728	244	106	29	3.107				
Durante o exercício de 2024 a Administração revisou a vida útil de seu ativo imobilizado e concluiu não existir fatores para alterar as taxas de depreciação aplicadas.									
9. Contas a pagar: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o contas a pagar está assim apresentado:									
	2024		2023						
Circulante									
Fornecedores	3.651		7.619						
Financiamentos	8.277		11.009						
Total a vencer em até 12 meses	11.928		18.628						
Não circulante									
Financiamentos	4.092		-						
Total a vencer após 12 meses	4.092		-						
Total do contas a pagar	16.020		1.695						
10. Obrigações tributárias									
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as obrigações tributárias estão assim apresentadas:									
	2024		2023						
Circulante									
Tributos Correntes	1.249		1.354						
Outros tributos e parcelamentos	200		11.353						
	1.449		12.707						
Não circulante									
Tributos Diferidos	7.443		-						
Outros tributos e parcelamentos	4.092		-						
	11.535		-						
11. Provisão para demandas judiciais: A Empresa é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões na esfera judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparadas pelo apoio de seus consultores legais externos.									
Em 31 de dezembro de 2022									
Adições									
Baixas									
Em 31 de dezembro de 2023									
Adições			2.173						
Baixas									
Em 31 de dezembro de 2024			2.173						
A Empresa é parte de outras ações cujo risco de perda foi avaliado como possível, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Empresa, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, como segue:									
	2024		2023						
	Possível	Provável	Possível	Provável					
Valor de causa	1.128	2.173	-	-					
	1.128	1.112	-	-					
12. Patrimônio líquido: a) Capital social subscrito: A Empresa em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 possuía capital social de R\$ 11.000, representado por 11.000 ações ordinárias e nominativas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, sendo assim distribuídas:									
	Ações emitidas		Capital subscrito						
	Percentual								
Jefferson Paes de Figueiredo Filho	97,09%	10.678.540	10.679						
Maria Elizabeth Franco Paes de Figueiredo	2,91%	320.460	321						
	100%	11.000.000	11.000						
b) Distribuição dos lucros: Durante o exercício de 2024 a Empresa distribuiu aos seus sócios o equivalente a R\$1.412 de dividendos sobre lucros de exercícios anteriores (em 2023 distribuiu R\$1.377).									
13. Receita líquida dos serviços prestados									
	2024		2023						
Receita de Construção (empreitada pública)	160.936		165.964						
Cancelamento de receita	(254)		-						
Impostos sobre serviços	(12.297)		(12.683)						
Receita líquida	148.385		153.281						
14. Custo dos serviços prestados									
	2024		2023						
Custos operacionais	(125.780)		(138.534)						
	(125.780)		(138.534)						
15. Despesas gerais e administrativas									
	2024		2023						
Folha de pagamento e demais benefícios	(3.831)		(2.601)						
Serviços de terceiros	(5.238)		(2.666)						
Encargos sobre folha de pagamento	(1.510)		(657)						
Aluguel de imóveis e afins	(280)		(1.085)						
Material de escritório e consumo	(98)		(397)						
Remuneração de dirigentes	(125)		(144)						
Seguros	(2)		(77)						
Despesas legais	(12)		(170)						
Depreciação e amortização	(39)		(581)						
Multas	(2)		(2.163)						
Outros	(11.137)		(10.541)						
16. Resultado financeiro									
	2024		2023						
Despesas financeiras									
Tarifas bancárias e encargos	(1.108)		(3.015)						
Total das despesas financeiras	(1.108)		(3.015)						
Receitas financeiras	100		89						
Receita de aplicações financeiras	100		89						
Total das receitas financeiras	100		89						
Resultado financeiro	(1.008)		(2.926)						
17. Eventos Subsequentes: Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.									
A DIRETORIA									
Contador: Gabriel Duarte Patricio - Contador CRC RJ 120.315/O-1									

Rio de Janeiro

PRIMAVERA-SÁBADO: Sol com pancadas de chuva à tarde. Noite chuvosa.

Manhã Tarde Noite

35° 22° 95% 05:20 18:00

NOVA LEI

ABRABE

Castro sanciona regras mais rígidas para saída de presos



O Estado do Rio de Janeiro terá regras mais rígidas para conceder saída temporária nos presídios administrados pelo Governo estadual. A determinação é da Lei 11.000/2025, sancionada pelo governador Cláudio Castro (**foto**) e publicada no Diário Oficial do Poder Executivo desta sexta-feira.

“É um momento histórico para o Rio de Janeiro, somos o Estado que mais investe em segurança pública e trabalhamos incansavelmente pela adoção de medidas mais firmes e eficientes contra o crime no nosso estado. A saída temporária concedida sem critérios coloca toda a sociedade em risco. Muitos presos que conseguiram o benefício,

têm acesso ao ambiente externo, cometem crimes. A nossa prioridade é sempre garantir a segurança da nossa população”, declarou o governador.

As regras para permitir a saída temporária do preso, previstas na Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84), deverão ser verificadas com base na legislação vigente no momento da concessão do benefício. Além disso, de acordo com a norma, será necessário considerar uma série de fatores para autorizar tanto a saída temporária, quanto o trabalho externo. São eles: a declaração de vínculo com facção criminosa, informações provenientes de investigações que indiquem ligação com facção,

grau de periculosidade, comportamento durante o cumprimento da pena, além de histórico disciplinar. A decisão, seja de autorizar ou negar o benefício, deve ser fundamentada.

A nova lei também cria o Programa de Gestão de Risco nas Saídas Temporárias, que será gerido pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), com objetivo de instituir protocolos técnicos e administrativos para monitorar, avaliar e controlar os riscos relacionados à concessão do benefício.

As diretrizes do Programa são: adoção de protocolos técnicos de avaliação de risco individual dos presos candidatos ao benefício da saída temporária;

DESCRIMINALIZAÇÃO

Barroso vota a favor de aborto até 12ª semana de gestação

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso votou nesta sexta-feira a favor da descriminalização do aborto até a 12ª semana de gravidez. Com o voto do ministro, o placar do julgamento está 2 votos a 0 pela descriminalização.

O voto de Barroso sobre a questão é o último posicionamento do ministro no Supremo. A partir deste sábado, Barroso deixará a Corte após anunciar aposentadoria antecipada do cargo.

O voto foi proferido no julgamento de uma ação protocolada pelo PSOL, em 2017. O partido defende que a interrupção da gravidez até a 12ª semana deixe de ser crime. A legenda alega que a criminalização afeta a dignidade da pessoa humana, principalmente de mulheres negras e pobres.

Segundo o ministro, a interrupção da gestação deve ser tratada como uma "questão de saúde pública", e não pelo direito penal.

"A discussão real não está em ser contra ou a favor do aborto. É definir se a mulher que passa por esse infortúnio deve ser presa. Vale dizer: se o Estado deve ter o poder de mandar a polícia, o Ministério Público ou o juiz obrigar uma mulher a ter o filho que ela não quer ou não pode ter, por motivos que só ela deve decidir. E, se ela não concordar, mandá-la para o sistema prisional", disse.

Barroso acrescentou ainda que a proibição do aborto penaliza mulheres pobres.

"A criminalização penaliza, sobretudo, as meninas e mulheres pobres, que não podem recorrer ao sistema público de saúde para obter informações, medicação ou procedimentos adequados. As pessoas com me-

lhores condições financeiras podem atravessar a fronteira com o Uruguai, Colômbia, ir para a Europa ou valer-se de outros meios aos quais as classes média e alta têm acesso", disse.

O ministro disse ainda que não é favorável ao aborto.

"O papel do Estado e da sociedade é o de evitar que ele aconteça, dando educação sexual, distribuindo contraceptivos e amparando a mulher que deseje ter o filho e esteja em circunstâncias adversas. Deixo isso bem claro para quem queira, em boa-fé, entender do que se trata verdadeiramente", disse.

RELIGIÃO

Por fim, o ministro disse que respeita as tradições religiosas que não concordam com a interrupção da gravidez, mas questionou se as mulheres devem ser presas pela prática da conduta.

"A tradição judaico-cristã

condena o aborto. Deve-se ter profundo respeito pelo sentimento religioso das pessoas. Mas será que a regra de ouro, subjacente a ambas as tradições – tratar o próximo como desejaria ser tratado –, é mais bem cumprida atirando ao cárcere a mulher que passe por esse drama?", completou.

SUSPENSÃO

O caso começou a ser julgado em setembro de 2023, quando a então ministra Rosa Weber apresentou voto favorável à interrupção da gravidez. Em seguida, Barroso pediu vista do processo.

Mais cedo, o ministro pediu a convocação de uma sessão virtual para votar sobre a questão.

A sessão começou às 20h, mas foi logo interrompida por um pedido de destaque feito pelo ministro Gilmar Mendes, medida que suspendeu o julgamento.

PRISÃO DOMICILIAR

Moraes pede que defesa de Collor explique ‘tornozeleira desligada’

ANDRE RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu prazo de cinco dias para a defesa do ex-presidente Fernando Collor explicar o desligamento da tornozeleira eletrônica. Desde abril deste ano, Collor cumpre prisão domiciliar em Maceió.

A decisão foi tomada após o ministro receber um alerta da Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social de Alagoas, responsável pelo moni-

toramento do equipamento. De acordo com o órgão, a tornozeleira ficou sem bateria nos dias 2 e 3 de maio deste ano.

"Intimem-se os advogados regularmente constituídos por Fernando Affonso Collor de Mello para prestarem esclarecimentos, no prazo máximo de cinco dias, sobre o descumprimento da medida cautelar imposta, sob pena de decretação da prisão", decidiu o ministro.

Moraes também cobrou explicações da secretaria por ter

informado o desligamento cinco meses após o ocorrido. O órgão terá 48 horas para enviar as explicações.

Em 2023, Collor foi condenado pelo STF. Conforme a condenação, o ex-presidente e ex-senador, como antigo dirigente do PTB, foi responsável por indicações políticas para a BR Distribuidora, empresa subsidiária da Petrobras, e recebeu R\$ 20 milhões em vantagens indevidas em contratos da empresa. Segundo a denúncia, os crimes ocorreram entre

2010 e 2014.

Em abril, a prisão de Collor foi determinada após o Supremo negar os recursos protocolados pela defesa para evitar a condenação.

Após o ex-presidente iniciar o cumprimento da pena, a defesa solicitou ao STF a concessão de prisão domiciliar.

Os advogados alegaram que Collor tem 75 anos e possui diversas comorbidades, como doença de Parkinson, apneia do sono grave e transtorno afetivo bipolar.

PROCON-SP

Aéreas terão que explicar mudanças na cobrança de bagagens de mão

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

As empresas aéreas deverão explicar a implementação de uma nova categoria de tarifa, chamada de "básica", para o transporte de bagagens. Recentemente, a Gol Linhas Aéreas e a Latam Airlines comunicaram a adoção de novas tarifas com restrições a uma segunda bagagem de mão, a partir deste mês.

A Fundação Procon de São Paulo enviou notificações para as empresas Azul, Gol e Latam, com prazo até esta segunda-feira para recebimento das explicações.

"Por exemplo, se esse tipo de alteração vai implicar em uma diminuição da tarifa; qual seria o tipo de volume e peso vinculado ao preço; que tipo de modalidade de passagem ou composição de oferta vai ser atrelado a esse tipo de nova tarifa; como a empresa vai controlar na aeronave as disposições de mochilas, pequenas malas, no mesmo voo?", disse a assessora técnica da Diretoria de Atendimento do Procon-SP, Renata Reis, à Agência Brasil.

Segundo ela, é importante que o consumidor seja devidamente orientado e tenha garantido seu direito de ter informações claras e prévias.

"Nós vamos analisar essas informações para verificar as implicações e se haverá necessidade de adoção de outras medidas ou de outras providências", adiantou Renata Reis.

Segundo a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon)

do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Gol e Latam já foram notificadas para apresentar informações sobre a comercialização das tarifas sem franquia de bagagem de mão e sobre a visibilidade dada ao consumidor sobre essa medida.

Em nota, a Senacon reconhece que as empresas até podem estar legalmente amparadas, mas entende que a conduta não traz benefícios ao consumidor, e por isso merece revisão.

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) enviou ofício às companhias aéreas Azul, Gol e Latam solicitando esclarecimentos sobre eventuais cobranças em voos internacionais. Na Latam, a medida já está em vigor, e a Gol anunciou que adotará a cobrança. A Azul informou que não cobrará pela bagagem de mão em voos internacionais.

O presidente da Anac, Tiago Faierstein, esclareceu que não há cobrança de bagagem de mão em voos domésticos, mas uma distinção entre mochilas e bagagens de mão de até 10 quilos, que são acomodadas no compartimento superior das aeronaves.

A Anac pretende entregar estudos técnicos para a construção de um projeto de lei no Congresso Nacional com o objetivo de levar a uma "regulação equilibrada, preservando tanto o direito dos passageiros quanto a competitividade das companhias aéreas".

Já o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, declarou que a pasta reafirma o

"compromisso com uma aviação mais justa, acessível e democrática para todos os brasileiros".

COMPANHIAS AÉREAS

A Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) garantiu que não existe nenhuma cobrança extra. Segundo a entidade, as novas tarifas básicas são, na realidade, um desconto, porque as tarifas são menores que as demais, se os passageiros transportam itens como bolsas e mochilas, sem outra bagagem de mão, e que não ocuparão espaço nos bagageiros.

A Gol explica que na última terça-feira (14), colocou à disposição uma nova opção de tarifa com o nome Basic, com a proposta de oferecer uma tarifa mais acessível em viagens para destinos internacionais. A tarifa só estará disponível para viagens com origem em outros países onde a Gol opera e, no Brasil, na rota que parte do Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, para Montevidéu, no Uruguai.

"Os clientes que escolherem essa tarifa poderão levar na cabine apenas uma bolsa ou uma mochila (item pessoal) de até 10 kg, nas medidas máximas de 32 cm (largura) x 22 cm (altura) x 43 cm (profundidade) para que seja acomodada abaixo do assento à frente", explicou a Gol.

Já o comunicado da Latam reforça que todas as tarifas comercializadas pela companhia no Brasil, independentemente do destino ou da distância, autorizam o passageiro a transportar

gratuitamente na cabine 10 kg de bagagem.

A Latam relata também que, desde outubro de 2024, passou a contar com uma classe tarifária denominada Basic para rotas internacionais para alguns destinos na América do Sul e que essa tarifa representa "uma opção de compra mais econômica, ideal para passageiros que viajam com pouca bagagem".

A tarifa permite que os passageiros levem um item pessoal de até 10 kg, que deve ser alocado sob o assento dianteiro à frente, com dimensões máximas de 45 cm de altura, 35 cm de comprimento e 20 cm de largura. Para aqueles passageiros com necessidade de levar mais bagagem nessas rotas internacionais e nos voos domésticos operados no Brasil, existem outras tarifas disponíveis, todas elas incluindo "ao menos um item pessoal de até 10kg e uma mala pequena pesando entre 12 kg e 16 kg a depender da tarifa".

PROJETO DE LEI

Nesta quinta-feira (16), o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou que pautará em regime de urgência do Projeto de Lei 5.041/2025, do deputado federal Da Vitoria (Progressistas-ES), chamado de PL das bagagens. A proposta garante o direito do passageiro de levar na cabine do avião uma mala de mão e um item pessoal em voos domésticos e internacionais operados em todo o território nacional, sem qualquer custo extra.

Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

São Lucas e o Dia dos médicos

Celebramos no dia 18 de outubro a festa litúrgica de São Lucas Evangelista e o Dia dos Médicos, pois São Lucas era médico de profissão antes de se dedicar a escrever o Evangelho. Além de ser o autor do terceiro evangelho sinótico, Lucas escreveu também o livro dos Atos dos Apóstolos. Ele nunca se casou nem teve filhos, e foi companheiro de missão do apóstolo Paulo. Por isso, além de evangelista, foi também discípulo de Jesus.

São Lucas era bastante culto. O seu evangelho tem uma linguagem mais elaborada, diferente dos outros dois sinóticos. Mateus e Marcos usaram mais o hebraico e o aramaico, que eram linguagens mais simples e populares; Lucas, por sua vez, utilizou o grego, que era mais refinado e literário. Ele escreveu o seu evangelho por volta do ano 90 d.C. e o livro dos Atos dos Apóstolos logo depois, que, de fato, é uma continuação direta de seu evangelho.

Lucas nasceu no seio de uma família pagã, provavelmente em Antioquia, e, como mencionamos, era médico de profissão. Convertido à fé em Cristo, foi companheiro de missão do apóstolo Paulo até o martírio. Serviu incessantemente ao Senhor na evangelização e, como médico, atendia muitas pessoas.

Em seu evangelho, Lucas destaca os milagres realizados por Jesus, as parábolas e, de modo especial, o amor de Cristo pelos excluídos. Ele mostra Jesus indo ao encontro dos pecadores, dos pobres, das viúvas e dos doentes. Lucas busca revelar aos seus leitores o rosto misericordioso de Deus e ensinar que a salvação é para todos, e não apenas para um povo. A intenção de Deus, como ele evidencia, é salvar os pobres e os pecadores.

Lucas retrata diversas passagens importantes que demonstram essa misericórdia divina expressa nos gestos de Jesus. Enquanto a sociedade de sua época pregava a exclusão, o Senhor anunciava a inclusão, acolhendo os pecadores e partilhando a mesa com eles, algo que Lucas faz questão de ressaltar.

Cada evangelista sinótico, Mateus, Marcos e Lucas, buscou, ao escrever, destacar uma característica própria da vida de Jesus. Há muitos episódios semelhantes entre eles e outros que se diferenciam, mas todos têm a mesma missão: apresentar Jesus como o Messias. Os três evangelhos sinóticos começaram a ser escritos a partir da experiência da paixão, morte e ressurreição de Cristo e relatam o início do Reino de Deus por Ele inaugurado.

Uma característica marcante do evangelho de Lucas é o relato da infância de Jesus e a atenção especial dada à figura de Nossa Senhora. Ele descreve o anúncio do anjo, a visita de Maria a Isabel, o nascimento de Jesus e alguns momentos da infância do Menino. O evangelista quis apresentar de forma ordenada os acontecimentos da vida de Cristo, desde o nascimento e a infância até a vida pública e a morte.

São Lucas é também patrono dos médicos, dos pintores e dos vidraceiros. A tradição dos cristãos orientais atribui a ele, médico e pintor, diversas imagens da Virgem Maria.

No livro dos Atos dos Apóstolos, Lucas segue a mesma linha de seu evangelho, narrando com riqueza de detalhes o início da Igreja primitiva, desde a ascensão de Jesus aos céus e o envio dos discípulos para evangelizar. Cheios dos dons do Espírito Santo e fortalecidos pela graça divina, os apóstolos saem para pregar a Palavra, anunciar o Reino, curar os doentes e servir aos necessitados.

Durante as duas vezes em que Paulo esteve preso em Roma, Lucas foi visitá-lo. Conversavam longamente sobre a Igreja nascente e o anúncio do Evangelho. Paulo chamava Lucas de “médico queridíssimo”, pois ele o ajudava a suportar tanto as dores do corpo quanto os sofrimentos da prisão. Em sua segunda carta a Timóteo, escrita no segundo cativeiro, por volta do ano 67 d.C., Paulo desabafa: “Só Lucas está comigo” (2Tm 4,11). Todos os demais o haviam abandonado.

Lucas viveu provavelmente até os 84 anos, uma longa vida para os padrões da época, mas foi martirizado, assim como os demais apóstolos e, inclusive, seu companheiro de missão, Paulo.

Peçamos a São Lucas que interceda por todos os médicos, para que exerçam com amor a sua profissão e ajudem os que mais precisam a ressaltar a saúde. Que cada médico se inspire em Jesus Cristo, o Médico dos médicos, e seja por Ele abençoado.

A exemplo de São Lucas Evangelista, sejamos fiéis testemunhas de Jesus Cristo nos dias de hoje.

CASA BRANÇA

Trump recebe Zelenski e diz crer que conseguirá acabar com a guerra

PEDRO LIMA/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, reagiu positivamente ao ser questionado por um repórter se acreditava que poderá encerrar a guerra na Ucrânia. O republicano recebeu nesta sexta-feira, o líder ucraniano, Volodimir Zelenski, para um almoço de trabalho na Casa Branca. Indagado, no entanto, se considera que o presidente da Rússia, Vladimir Putin, está negociando um cessar-fogo de "boa-fé", Trump preferiu não responder.

Na véspera, ele havia conversado por telefone com o líder russo. Segundo o americano, a ligação foi "boa" e "as coisas estão indo muito bem para o fim da guerra". O presidente dos EUA afirmou ainda que a próxima reunião com Putin será "uma reunião dupla", indicando que Zelenski será informado sobre o encontro, e disse acreditar que o líder russo "vai concordar com a paz". Sobre a possibilidade de

Kiev lançar ataques em profundidade no território russo, Trump afirmou que "permitir ataques profundos dentro da Rússia seria uma escalada" e que deve discutir o tema com o ucraniano.

Zelenski, por sua vez, elogiou o cessar-fogo em Gaza e disse que isso cria "momentum para a Ucrânia", embora tenha ressaltado que "não acredita que a Rússia esteja pronta para a paz". O presidente ucraniano contou que teve reuniões com empresas de defesa e discutiu sistemas de defesa aérea durante sua visita a Washington. Ele afirmou que tratará com Trump "o que precisamos fazer para forçar Putin a negociar" e destacou a importância de avançar em "garantias bilaterais de segurança para a Ucrânia com os EUA".

Trump também comentou o clima entre os dois líderes. "Putin e Zelenski não gostam um do outro. Não tenho problema em dizer isso na frente de Zelenski", afirmou.

Zelenski diz confiar nos Estados Unidos para fim de guerra contra Rússia

ISABELLA PUGLIESE VELLANI E PEDRO LIMA/AE

O presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, disse confiar nos EUA para encerrar a guerra contra a Rússia, após reunião com o presidente norte-americano, Donald Trump, na Casa Branca, nesta sexta-feira. Ele classificou a conversa com o republicano como "longa e produtiva".

"Sei que Trump quer trabalhar para encerrar a guerra na Ucrânia. Conversei sobre garantias de segurança para a Ucrânia com ele", afirmou pa-

ra jornalistas, ao acrescentar que foram discutidos mísseis Tomahawks.

Segundo o líder ucraniano, será difícil negociar alterações em limites territoriais ucranianos.

Em postagem na Truth Social, Trump avaliou o encontro como "muito interessante e cordial" e sinalizou que "é hora de parar com a matança" e fechar um acordo de paz no Leste Europeu. "Já houve bastante derramamento de sangue, com os limites das propriedades sendo definidos pela guerra e pela coragem. Eles devem parar onde estão", escreveu.

CHICAGO

Trump pede Corte para autorizar envio da Guarda Nacional

O governo de Donald Trump pediu à Suprema Corte que autorizasse o envio de tropas da Guarda Nacional à região de Chicago, escalando as tensões com governadores democratas sobre o uso das forças armadas em solo norte-americano.

O pedido de emergência à Corte ocorreu após um juiz impedir, por pelo menos duas semanas, o envio de membros da Guarda de Illinois e do Texas para auxiliar na aplicação de leis migratórias. Um tribunal federal de apelações se recusou a suspender a ordem do juiz.

A corte, de maioria conservadora, concedeu repetidas vitórias a Trump em apelos de emergência desde que ele assumiu o cargo em janeiro, após tribunais inferiores terem decidido contra ele, muitas vezes contra a objeção de três juízes liberais.

A corte permitiu que Trump banisse pessoas transgênero das forças armadas, recuperasse bilhões de dólares em gastos federais aprovados pelo Congresso, agisse agressivamente contra imigrantes e demitisse líderes de agências federais independentes nomeados em outros go-

vernos.

No caso sobre a Guarda, a juíza distrital dos EUA April Perry disse não ter encontrado evidências substanciais de que um "perigo de rebelião" esteja se formando em Illinois durante a repressão à imigração de Trump.

Mas o procurador-geral D. John Sauer, principal advogado de Trump na Suprema Corte, pediu aos juízes que intervenham imediatamente. A decisão de Perry, escreveu Sauer, "afeta a autoridade do Presidente e desnecessariamente coloca em perigo o pessoal e a propriedade federal".

Um juiz federal em Oregon também bloqueou temporariamente o envio de tropas da Guarda Nacional para o estado.

Tropas da Guarda de vários estados também estão patrulhando a capital do país e a cidade de Memphis, no Tennessee.

Em um caso na Califórnia em setembro, um juiz disse que o envio das tropas era ilegal. Na época, apenas 300 dos milhares de soldados enviados permaneciam no estado, e o juiz não ordenou que eles saíssem.

AMEAÇA TRUMPISTA

Lula defende Venezuela: povo de lá é 'dono do próprio nariz'

GABRIEL DE SOUSA/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto) voltou a falar em defesa da Venezuela no momento que os Estados Unidos autorizam ações no país vizinho. Lula defendeu a Venezuela, comandada pelo presidente Nicolás Maduro, ao afirmar que a população do país é dona do próprio destino e que nenhum presidente estrangeiro deve dar palpite sobre o destino do país.

A declaração foi feita no 16º Congresso do PCdoB, em Brasília.

"O Brasil nunca vai ser a Venezuela e a Venezuela nunca vai ser o Brasil. Cada um será ele. O que nós defendemos é que o povo venezuelano é dono do seu destino e não é nenhum presidente de outro país que tem que dar palpite de como vai ser a Venezuela ou vai ser Cuba", afirmou.

Ao destacar a boa relação com líderes esquerdistas sul-americanos nos dois primeiros mandatos à frente da Presidência, Lula disse que teve uma boa relação com Hugo Chávez Segundo o presidente, a "onda rosa", onde progressistas comandaram boa parte do continente, foi o "melhor momento político, ideológico e social da região".

"Eu tive o prazer de viver na presidência do Brasil entre 2002 e 2010, no melhor momento po-



TOMAZ SILVA/ABRASIL

lítico, ideológico e social da América do Sul, a minha convivência com Cristina e o (Néstor) Kirchner, da Argentina), a minha convivência com Michele Bachelet, do Chile, com Tabaré Vázquez no Uruguai e Pepe Mujica, com (Fernando) Lugo no Paraguai, com (Hugo) Chávez na Venezuela, com Evo Morales na Bolívia, isso tudo acabou", disse Lula.

Na terça-feira passada, os Estados Unidos atacaram um barco que, segundo o presidente dos Estados Unidos, Do-

nald Trump, carregava drogas. Seis pessoas morreram. A ação, segundo Trump, foi feita após "a inteligência confirmar que o barco estava contrabandeando drogas, estava associado a redes narcoterroristas ilícitas e navegava em uma rota conhecida" por essas organizações".

Um dia após o ataque ao barco, na quarta-feira passada, Trump disse que considera atacar em terra cartéis de droga que operam na Venezuela. O líder americano confirmou uma re-

portagem do New York Times publicada que revelou que ele autorizou operações da CIA contra Caracas.

Na mesma solenidade Lula falou da política brasileira e afirmou que tem disposição para disputar mais cinco eleições e que muito provavelmente será candidato em 2026.

"Se eu decidisse ser candidato, obviamente a direção dos partidos que verem, se eu decidisse ser candidato, não é para disputar só, é para a gente ganhar essas eleições", disse.

EUA realizam outro ataque com barco no Caribe e prendem 'sobreviventes'

Os Estados Unidos realizaram outro ataque a uma embarcação suspeita de transportar drogas no Caribe. A ofensiva resultou na detenção de alguns sobreviventes.

O ataque desta sexta-feira, foi o primeiro do qual alguém escapou com vida desde que o presidente norte-americano Donald Trump começou a lançar operações na região no mês passado.

Não ficou imediatamente claro quantas pessoas foram mortas ou quantas sobreviveram.

Porta-vozes do Pentágono não responderam a questionamento sobre o tema. Trump, falando na Casa Branca nesta sexta-feira, reconheceu a operação, mas não ofereceu detalhes além de dizer que as forças americanas atacaram um "submarino" que estava "carregado" com drogas.

"Atacamos um submarino de transporte de drogas construído especificamente para o transporte de grandes quantidades", disse Trump ao receber o presidente ucraniano na Casa Branca.

O Secretário de Estado, Mar-

co Rubio, não contestou a existência de sobreviventes, mas afirmou repetidamente que os detalhes seriam divulgados em breve.

Pessoas familiarizadas com o assunto disseram que os suspeitos foram alvejados enquanto estavam em um semissubmersível, uma embarcação que se move pela água parcialmente submersa, mas não consegue mergulhar completamente como um submarino.

Esses "narcosubmarinos", como às vezes são chamados, operam na região há anos, mas raramente são usados, sugerindo que os traficantes de drogas podem estar migrando para meios mais secretos na tentativa de driblar os crescentes esforços de vigilância dos EUA.

A Reuters foi a primeira a noticiar o ataque na noite de quinta-feira. O ataque elevou o número de mortos na ação militar do governo Trump contra embarcações na região para pelo menos 28.

O governo tentou justificar os assassinatos alegando que os

Estados Unidos estão em "conflito armado" com cartéis de drogas latino-americanos responsáveis por "envenenar" americanos, descrevendo tais grupos como organizações terroristas. Democratas no Congresso - e pelo menos um republicano - argumentaram que os ataques são um uso indefensável de força letal.

O destino dos indivíduos detidos levanta novas questões jurídicas significativas, disseram especialistas.

Charles Dunlap, ex-advogado geral adjunto da Força Aérea, disse que os detidos não têm todos os direitos garantidos aos prisioneiros de guerra, mas que ainda teriam que ser mantidos em uma instalação humana e, se julgados, teriam que ter o devido processo legal.

"Embora em teoria possa haver um caso para detenção militar, acredito que, neste caso, os cativos provavelmente serão entregues às autoridades policiais e, se os fatos justificarem, processados com vistas a um julgamento em tribunal civil por ale-

gações de tráfico de drogas", disse ele.

O sigilo do governo Trump em relação a detalhes relacionados aos ataques - desde a natureza do conflito que está travando até a inteligência que sustenta suas alegações de que os alvos são traficantes de drogas - complica o caminho a seguir, disse Dunlap.

Ele observou que, se decidir acusar os sobreviventes em um tribunal dos EUA, o governo provavelmente será obrigado a revelar muitos dos detalhes que manteva em segredo enquanto atacava os barcos.

"O maior problema hoje", disse Dunlap, "é a falta de transparência do governo".

Os ataques aos barcos de transporte de drogas coincidiram com um grande aumento da presença militar no Caribe - e com a retórica cada vez mais hostil do governo contra o ditador venezuelano, Nicolás Maduro. A onda de atividades alimentou especulações de que Trump pode estar se preparando para removê-lo do poder à força.

EUA

John Bolton, ex-assessor de Trump, se entrega e nega acusação de manipulação

O ex-assessor de Segurança Nacional do governo Trump John Bolton se entregou nesta sexta-feira, a um tribunal federal após ser denunciado à Justiça dos Estados Unidos na quinta-feira passada, por armazenar e transmitir ilegalmente informações confidenciais.

Na chegada, Bolton não fez comentários aos repórteres ao entrar no tribunal em Greenbelt, em Maryland. A investigação sobre ele, que serviu por mais de um ano no primeiro governo do presidente Donald Trump antes de ser demitido em 2019, veio à tona em agosto, quando o FBI vasculhou sua casa em Maryland e seu escritório

em Washington em busca de registros confidenciais que ele possa ter guardado de seus anos no governo. De acordo com a agência de notícias Associated Press, Bolton se declarou inocente das acusações nesta sexta-feira.

A denúncia com 18 acusações prepara o cenário para um caso centrado em uma figura de longa data nos círculos da política externa republicana, que se tornou conhecido por suas opiniões agressivas sobre o poder americano e que, após deixar o primeiro governo de Trump, emergiu como um crítico proeminente e vocal do presidente.

Embora a investigação que produziu a acusação estivesse em andamento durante o governo Biden e tenha começado bem antes do segundo mandato de Trump, o caso se desenrolará em meio a preocupações mais amplas de que o atual Departamento de Justiça esteja sendo usado como arma para perseguir os adversários políticos do presidente dos EUA.

Durante a busca em agosto, agentes apreenderam vários documentos rotulados como "classificados", "confidenciais" e "secrets" no escritório de Bolton, de acordo com autos judiciais anteriormente revelados. Alguns dos

registros apreendidos pareciam envolver armas de destruição em massa, "comunicação estratégica" nacional e a missão dos EUA na Organização das Nações Unidas (ONU), afirmam os autos.

Isso ocorre após denúncias separadas no último mês, contra o ex-diretor do FBI James Comey de mentir para o Congresso e contra a procuradora-geral de Nova York, Letitia James, de cometer fraude bancária e fazer uma declaração falsa - acusações que ambos negam. Ambos os casos foram apresentados em um tribunal federal na Virgínia por um promotor que Trump instalou às pressas.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.:
(21) 3923-5158
96865-1628
(11) 2655-1899